

Relações entre extensão, ensino e pesquisa no Centro de Avaliação Psicológica

Denise Balem Yates: Psicóloga do Centro de Avaliação Psicológica – UFRGS
Denise Ruschel Bandeira: Instituto de Psicologia – UFRGS

O Centro de Avaliação Psicológica - CAP é um serviço-escola especializado que atende pessoas de baixa renda e aquelas que possuam algum tipo de vínculo com a UFRGS (alunos, servidores e terceirizados). Os serviços-escola são uma modalidade de atividade de extensão que envolve a prestação de serviços à comunidade. O conceito de extensão envolve compreender a lógica da comunidade atendida, a troca de saberes entre comunidade e academia, e não a imposição dos saberes acadêmicos sobre essa comunidade. É papel da extensão promover a interação entre a universidade e os diversos segmentos da sociedade, possibilitando a aplicação do conhecimento teórico e integrando teoria e prática, o que por

sua vez aprimora o saber acadêmico e beneficia a comunidade.

O CAP atende pacientes a partir de três anos de idade, sem limite etário superior. O uso do termo “pacientes” ao invés de “clientes” ou “agentes” se deve ao caráter clínico, ainda que não psicoterápico, da atividade desenvolvida no local. A avaliação psicológica pode ser definida como um processo de investigação, análise e conclusão sobre uma pessoa em contexto e fase de vida específicos, que visa compreendê-la e embasar a tomada de decisão quanto à necessidade de uma intervenção (PASQUALI, 2001). Os procedimentos envolvidos são variados e podem incluir a utilização de testes psicológicos, entrevistas e observação, entre outros (HUTZ, 2009).

O objetivo principal das avaliações realizadas no CAP é o de auxiliar no esclarecimento da queixa trazida pelo paciente espontaneamente ou por encaminhamento de um profissional da área da saúde ou do ensino. Nesse sentido, a avaliação busca contribuir para a identificação de um diagnóstico ou descrição detalhada das dificuldades cognitivas, afetivas e/ou de comportamento do paciente e, a partir disso, indicar locais de encaminhamento que possam atender esse paciente e orientar sua família de forma mais adequada em relação a suas necessidades.

O ponto de partida para a avaliação são entrevistas que buscam compreender o



desenvolvimento do paciente e suas relações com seu meio, bem como o surgimento de suas queixas e o entendimento que ele e a família têm destas. Ao longo de toda a avaliação, mas principalmente nesta etapa, o avaliador busca compreender o significado atribuído pelo paciente, seus familiares e profissionais envolvidos para suas dificuldades, ao invés de partir diretamente para uma leitura “técnica” destes. Tal compreensão permite identificar como a situação atual se estabeleceu, bem como apresentar alternativas para a sua modificação. Mas isso só será eficaz na medida em que o avaliador for capaz de se dispor a escutar e questionar o paciente acerca de suas percepções e propor hipóteses antes de construir uma explicação.

Além dos encontros com o paciente e familiares são feitos contatos (presencialmente ou por telefone) com os profissionais que atendem o paciente, geralmente no contexto escolar/profissional ou de saúde. Por fim, a devolução consiste em um momento para comunicar ao paciente e seus familiares a compreensão que se teve do caso e ouvir sua opinião sobre o processo e suas conclusões. Nesse momento, são revistos os pontos que não ficaram claros durante a avaliação, além de serem indicadas alternativas de apoio e orientações para o encaminhamento das queixas apresentadas inicialmente. Após a devolução, o paciente ou seus familiares preenchem uma ficha de avaliação do atendimento, sem necessidade de identificação. A revisão das avaliações tem indicado uma boa experiência por parte dos pacientes e familiares. É importante ressaltar que a duração da avaliação costuma variar entre seis e dez encontros ao total.

A avaliação realizada no CAP também tem o compromisso de informar ao paciente, sua família e profissionais envolvidos (principalmente da área educacional ou da saúde), as características de suas dificuldades, respeitando sempre o sigilo recomendado a cada envolvido. Um diferencial, nesse sentido, diz respeito ao fornecimento não apenas da devolução oral da avaliação realizada,

mas também de um ou mais documentos escritos para o paciente e sua família e aos profissionais que fizeram o encaminhamento. Esses documentos são apresentados ao paciente e/ou a seus familiares e discutidos com eles, que podem solicitar alterações no texto, caso necessário.

As atividades de atendimento de pacientes por alunos de graduação e pós-graduação beneficiam imensamente a construção de conhecimento na academia. Para os estudantes, é mais compreensível e motivador aprender a partir de uma atividade real, cuja relevância é evidente, do que a partir do estudo de teorias das quais não se conhece na prática o contexto de aplicação. Isso não significa que as teorias não são essenciais para a realização das atividades práticas – caso contrário tal atividade não deveria ser desenvolvida a partir da academia. No entanto, esse aprendizado se torna muito mais lógico e marcante a partir de uma vivência concreta.

Uma das iniciativas desenvolvidas no CAP que relacionam a extensão e o ensino é a apresentação de casos clínicos ainda no decorrer das avaliações. Esse tipo de apresentação é aberta a outros alunos e envolve o debate com profissionais convidados (professores, psicólogos e outros profissionais da saúde), que propõem estratégias alternativas de avaliação.

Além das reuniões clínicas, os professores da linha de pesquisa de avaliação psicológica do Instituto de Psicologia, geralmente acompanhados por alunos de mestrado e doutorado em estágio de docência, oferecem uma disciplina eletiva vinculada aos atendimentos no CAP (Psicodiagnóstico). Apesar de ser eletiva para os alunos do curso de graduação em Psicologia, ela é obrigatória para os estagiários do CAP. Os alunos que não são estagiários atendem, paralelamente às aulas, um caso de avaliação psicológica, sob supervisão de alunos de pós-graduação em Psicologia com experiência na área. O

conceito final da disciplina mescla o desempenho do aluno nas atividades das aulas expositivas e na condução do caso. Recentemente, iniciou-se um curso de extensão denominado Transtornos de Aprendizagem em Abordagem Neuropsicológica que integra o ensino/aprendizagem de conhecimentos teóricos específicos e a discussão de casos atendidos pelos alunos com professores e pós-graduandos com conhecimento específico sobre o tema. Embora sejam evidentes os benefícios do atendimento de pacientes para a academia, não apenas para o aprendizado dos alunos, mas também dos professores e técnicos envolvidos nos atendimentos –, uma questão essencial sobre a relação entre as esferas de extensão, ensino e pesquisa diz respeito à hierarquia entre as três. Para a realização de uma prática coerente, é importante que a prioridade seja estabelecida e que seja clara para todos os executores e supervisores dos atendimentos.

No caso do CAP, a prioridade do serviço é a comunidade atendida, o que coloca a extensão como sendo seu primeiro plano. Os pacientes são triados a partir dos seguintes princípios: (1) deve estar de acordo em realizar a avaliação psicológica, (2) a avaliação psicológica se aplica ao caso, e (3) a avaliação beneficiará o paciente e sua família. O protocolo de triagem é comum a todos os pacientes, considerando sua faixa etária, mas cada avaliação psicológica é singular para cada paciente. Não existem protocolos de pesquisa que a avaliação deva seguir. A pesquisa, nesse sentido, vem em segundo plano: é feita a partir dos dados coletados, na medida em que estes conseguem ser agrupados, ou a partir de estudos de caso. Casos interessantes em termos de estudo, mas que não terão benefício direto advindo da avaliação são encaminhados para os serviços mais adequados a suas necessidades. Um exemplo são os casos em que a queixa do paciente ou da família envolve a necessidade imediata de atendimento psicológico ou psiquiátrico (por exemplo, em casos de pacientes deprimidos) e/ou de encaminhamento psicossocial (por exemplo, crianças vítimas de abuso). Nesses casos, não há uma

dúvida diagnóstica que justifique postergar o atendimento imediato; da mesma forma, o processo pelo qual o paciente está passando pode invalidar as informações coletadas. Em suma, traria mais malefícios do que benefícios para o paciente, o que contraria os princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

O CAP possui um Projeto de Pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Psicologia que prevê três tipos de estudos: caracterização da população atendida, *follow-up* ou seguimento (em que o paciente é contatado após a avaliação) e estudos de caso. Os pacientes e seus familiares são informados da possibilidade de uso dos materiais de atendimento, sem sua identificação pessoal, no momento da triagem, quando assinam um termo de consentimento livre e esclarecido, caso estejam de acordo. Em alguns casos, os pacientes podem ser solicitados a autorizar a gravação de áudio ou vídeo de algum atendimento e escolhem as modalidades do uso que possa ser feito desse material (somente para auxílio no levantamento de um instrumento – caso em que é usado em supervisão individual do estagiário que o atende –, apresentação em supervisão coletiva ou em sala de aula). Ao longo dos anos, os alunos de graduação e pós-graduação que passaram pelo CAP produziram trabalhos para apresentações em congresso e artigos científicos. No ano de 2014, vários alunos de estágio, extensão e iniciação científica do CAP se envolveram na produção de trabalhos para eventos científicos na área de avaliação psicológica.

O CAP possui várias possibilidades de vínculo para estudo: estágios obrigatórios de graduação em Psicologia (estágio básico ou de ênfase) ou de especialização em avaliação psicológica; atividades de extensão para alunos já graduados em psicologia; bolsas de extensão e iniciação científica; atividades de supervisão, desenvolvidas pelos alunos de pós-graduação

em Psicologia com experiência em avaliação psicológica. Resumidamente, os alunos de estágio básico realizam as atividades de triagem e acompanham os estagiários de ênfase ou extensionistas graduados durante as avaliações. Os estagiários de ênfase realizam as avaliações com supervisão semanal coletiva e supervisão individual da produção de documentos. Os extensionistas graduados realizam reuniões coletivas quinzenais de discussão de casos e participam das supervisões coletivas do estágio de ênfase. Os bolsistas de extensão realizam atividades de apoio ao desenvolvimento das atividades práticas e de estudo da avaliação psicológica. Os bolsistas de iniciação científica sistematizam as informações sobre os casos, fornecidas pelos alunos que avaliam os pacientes por meio de um formulário on-line, e auxiliam na produção de apresentações e publicações previstas no Projeto de Pesquisa do CAP. Os alunos de pós-graduação que atuam como supervisores dos alunos de graduação em conjunto com a psicóloga responsável orientam a condução dos casos e auxiliam na produção dos documentos escritos, bem como estimulam os alunos a produzirem trabalhos acadêmicos sobre os casos que atendem ou sobre temas de interesse.

Ao fim desse panorama das atividades de extensão, ensino e pesquisa desenvolvidas no CAP, cabe ressaltar algumas dificuldades encontradas na integração dessas atividades. Em apresentações acadêmicas acerca das atividades de estágio, observa-se que a chamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é comum no dia a dia da universidade.

Em apresentações no Salão UFRGS, frequentemente as observações feitas pelas bancas avaliadoras demonstram que o material produzido não se enquadra nas divisões propostas: seja o Salão de Ensino, de Extensão ou Iniciação Científica. Da mesma forma, a universidade limita a apresentação de bolsistas de extensão no Salão de Iniciação Científica, em função da obrigatoriedade de registro como bolsista de iniciação voluntário, que não pode se sobrepor ao vínculo de alguma outra bolsa, quando é evidente e efetivo o trânsito desses alunos pelas diferentes atividades, que estão bem caracterizadas, mesmo fazendo parte de uma iniciativa integrada. Algo semelhante também ocorre na concessão de fomento para apresentação de trabalhos de pesquisa: os alunos só podem solicitar auxílio para participação em evento estando cadastrados como bolsistas da mesma atividade, não podendo sobrepor bolsas de pesquisa (voluntária ou remunerada) em projetos diferentes. Tais restrições dificultam que os alunos sejam estimulados a participar da tão almejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Concluindo, entende-se que o CAP é um legítimo representante dessa indissociabilidade. Revendo as atividades nele realizadas, pode-se perceber que o ensino modifica a extensão que gera pesquisa, cujo objetivo é modificar o ensino e assim o ciclo se reinicia, como numa espiral. Espera-se que este artigo possa servir de inspiração para outros serviços similares na busca dessa integração, que é o objetivo fim da formação acadêmica de uma universidade. ◀

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Recuperado em 03 de dezembro de 2014, de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf

HUTZ, S. Claudio. Ética na avaliação psicológica. In C. S. Hutz. (Org.). Avanços e polêmicas em avaliação psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

PASQUALI, L. (Org.). Técnicas de exame psicológico. Volume I: Fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia, 2001.